



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Remessas invisíveis: a economia oculta das mulheres migrantes¹

Invisible remittances: the hidden economy of migrant women

Remesas invisibles: la economía oculta de las mujeres migrantes

DOI: 10.21530/ci.v20n3.2025.1595

Georgia Paula Martins Faust²

Resumo

Este artigo analisa como o trabalho de cuidado e emocional realizado por mulheres migrantes constitui uma ‘remessa invisível’ que sustenta a economia global, mas é excluída das estatísticas e políticas econômicas. Com base na economia política feminista, argumenta-se que o produtivismo e a desvalorização do cuidado sustentam a precarização feminina, especialmente nas cadeias globais de cuidado. Para tal, apresentam-se dados estimativos sobre o peso das mulheres nas remessas monetárias internacionais e discute-se a invisibilidade das remessas afetivas. Conclui-se pela necessidade de repensar conceitos econômicos e adotar metodologias que reconheçam o trabalho reprodutivo — de cuidado e emocional — como parte essencial das economias.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico, Remessas, Migração Feminina, Economia Política Feminista, Cuidado.

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



- 1 A autora agradece ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, na figura da professora Mônica Salomón e ao Núcleo de Estudos de Gênero na Política Externa Internacional pelo suporte ao desenvolvimento desta pesquisa. À CAPES pelo financiamento.
- 2 Doutoranda em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas — Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), Florianópolis — SC, Brasil. (geo.faust@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5622-7413>.

Artigo submetido em 30/06/2025 e aprovado em 21/12/2025.





Abstract

This article examines how care and emotional work by migrant women constitutes an ‘invisible remittance’ sustaining the global economy, while being excluded from official statistics and policies. Using feminist political economy, it argues that productivism and the devaluation of care underpin women’s precarization, especially within global care chains. For this, it presents estimated data on women’s role in international monetary remittances and discusses the invisibility of affective remittances. The article concludes that rethinking economic concepts and adopting methodologies that recognize care as essential to economies are needed, addressing gendered inequalities while valuing reproductive work — care and emotional — sustaining global structures.

Keywords: Domestic Work, Remittances, Female Migration, Feminist Political Economy, Care.

Resumen

Este artículo examina cómo el trabajo de cuidados y emocional realizado por mujeres migrantes constituye una ‘remesa invisible’ que sostiene la economía global, aunque es excluida de estadísticas y políticas económicas. Desde la economía feminista, se argumenta que el productivismo y la desvalorización del cuidado sostienen la precarización femenina, especialmente en las cadenas globales de cuidado. Para esto, se presentan datos estimativos sobre la participación de las mujeres en las remesas monetarias internacionales y se discute la invisibilidad de las remesas afectivas. Se concluye sobre la necesidad de repensar conceptos económicos y adoptar metodologías que reconozcan el trabajo reproductivo — de cuidado y emocional — como parte esencial de las economías.

Palabras clave: Trabajo Doméstico, Remesas, Migración Femenina, Economía Política Feminista, Cuidados.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a intensificação de fluxos migratórios internacionais — especialmente aqueles vinculados ao trabalho reprodutivo em países centrais — tem sido marcada pela feminização da migração (Piper 2006, Enloe 2014). Embora mulheres sempre tenham migrado, o que caracteriza esse processo é a visibilidade crescente da migração laboral feminina no setor de cuidados em um





contexto de globalização neoliberal, retração dos sistemas públicos de bem-estar e aprofundamento da divisão sexual e racial do trabalho de cuidado (Dowling 2021, Samman, Presler-Marshall e Jones 2016).

O trabalho de cuidado, também chamado de trabalho reprodutivo, envolve atividades que sustentam a vida cotidiana — como cozinhar, limpar, cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência — e que são historicamente atribuídas às mulheres. Trata-se de um trabalho essencial, mas frequentemente não remunerado e não reconhecido como produtivo pelas métricas econômicas formais. A migração contemporânea voltada a esse tipo de trabalho tem sido analisada à luz do conceito de cadeias globais de cuidado (Hoschchild, 2000), evidenciando como a precarização do cuidado migra junto com as trabalhadoras. Essas cadeias são sustentadas por uma lógica de hierarquização global do trabalho reprodutivo. Mulheres migrantes do Sul Global assumem funções de cuidado em países do Norte, ocupando postos em contextos domésticos, de saúde e assistência social. Em contrapartida, suas próprias famílias passam a ser cuidadas por outras mulheres — normalmente mais velhas, mais pobres ou em posições sociais mais vulneráveis (González e Silva 2025). Trata-se de um fenômeno de transferência global de cuidados que se estrutura a partir de intersecções entre gênero, raça, classe e nacionalidade, e que opera como um subsídio invisível à economia global.

Com efeito, as estatísticas internacionais sobre migração e remessas oferecem uma imagem incompleta das contribuições econômicas das mulheres migrantes. Embora haja dados consistentes sobre os fluxos financeiros enviados entre países e sobre o perfil demográfico das populações migrantes, a ausência de desagregação por gênero nas estatísticas de remessas monetárias e a exclusão de formas não monetárias de contribuição revelam uma lacuna significativa na forma como a economia transnacional é medida. Diante disso, este artigo defende que o trabalho de cuidado realizado por mulheres migrantes constitui uma forma de *remessa invisível*: essencial à reprodução social e ao funcionamento da economia global, mas sistematicamente excluída dos indicadores oficiais. Argumenta-se que a lógica produtivista e a desvalorização histórica do trabalho reprodutivo resultam na invisibilidade estatística dessas remessas, contribuindo para a precarização das trabalhadoras e o apagamento de suas contribuições nos relatórios institucionais.

A aparente tensão entre a caracterização do trabalho de cuidados como uma remessa invisível e sua eventual mensuração por indicadores econômicos





expressa uma contradição estrutural do capitalismo contemporâneo. Por um lado, a noção de invisibilidade do trabalho de cuidado não designa a ausência absoluta de registros estatísticos, mas a impossibilidade de identificar esse trabalho enquanto categoria específica nas métricas disponíveis. Assim, ainda que existam indicadores agregados de remessas associadas à migração laboral, tais dados não permitem isolar, quantificar ou reconhecer o trabalho de cuidado transnacional enquanto tal. Por outro lado, essa invisibilidade não se restringe às dimensões monetárias do trabalho, mas abrange também o campo do afetivo e do emocional. Os indicadores econômicos internacionais continuam a reconhecer apenas as transferências financeiras formais, desconsiderando o trabalho emocional que acompanha e sustenta o cuidado transnacional. Essa lacuna estatística revela um problema conceitual mais profundo: ao separar o que é mensurável do que é relacional, os sistemas de mensuração econômica reproduzem a hierarquia entre produção e reprodução, trabalho e afeto. Assim, o foco nas remessas monetárias evidencia a exclusão estrutural do trabalho emocional e relacional das métricas econômicas globais.

Para capturar essa dupla dimensão da invisibilização do trabalho reprodutivo, este artigo separa esse conceito em dois. O termo ‘trabalho emocional’, formulado por Hochschild (1983), refere-se à gestão das próprias emoções no contexto laboral, especialmente em atividades que exigem a produção de estados afetivos em outras pessoas — como empatia, acolhimento ou serenidade — para fins produtivos. Já o ‘trabalho de cuidado’ abrange um conjunto mais amplo de práticas voltadas à manutenção da vida e do bem-estar, combinando dimensões físicas, relacionais e afetivas. Embora distintos, esses dois tipos de trabalho se sobrepõem nas trajetórias das mulheres migrantes, cujo labor envolve simultaneamente tarefas materiais (alimentar, limpar, cuidar) e exigências emocionais (demonstrar paciência, afeto e estabilidade). A contribuição deste artigo reside justamente em propor a noção de remessas invisíveis como categoria que integra essas dimensões — reconhecendo que, nas cadeias globais de cuidado, as mulheres não exportam apenas dinheiro ou serviços, mas também energia emocional e relacional indispensável à reprodução social transnacional.

A análise envolve identificar e categorizar diferentes formas de remessas — financeiras, afetivas e relacionais — e discutir os limites institucionais para o seu reconhecimento, com foco nos fluxos migratórios do Sul Global, tanto para o Norte Global quanto entre países em desenvolvimento (migração Sul-Sul). Para tal, baseia-se na economia política feminista crítica (Folbre 2001, Elson 1979, Rai





e Hoskyns 2016)³ e nos estudos sobre migração (Bryceson 2022, Hochschild 2000, González e Silva 2025, Lam e Yeoh 2018), assim como na análise de documentos institucionais (ONU Mulheres, Banco Mundial, OIT), estudos empíricos e dados agregados produzidos majoritariamente a partir de 2010. O artigo se estrutura em três seções principais. A primeira discute o conceito de trabalho de cuidado e sua exclusão das métricas econômicas tradicionais. A segunda examina as cadeias globais de cuidado e a relação entre migração e reprodução social. Por fim, analisa-se o conceito de remessas invisíveis, propondo uma ampliação crítica das formas de reconhecimento econômico do cuidado transnacional.

2 Trabalho de cuidado e sua invisibilização na economia global

A invisibilidade do trabalho reprodutivo decorre de dois paradoxos fundamentais. O primeiro é que o cuidado só é reconhecido como produtivo quando há remuneração, ainda que esse reconhecimento raramente se converta em valorização simbólica ou material. O segundo é que, quando realizado sem pagamento, o cuidado é desclassificado como trabalho, embora seja indispensável à própria existência do trabalho assalariado. Em outras palavras, o cuidado é um trabalho ‘anterior’ ao trabalho produtivo: ele torna possível todas as demais atividades econômicas, mas permanece fora das contas nacionais. Esses paradoxos explicam por que o trabalho reprodutivo — de cuidado e emocional — permanece invisível para as estatísticas políticas e econômicas.

A compreensão contemporânea de que o trabalho reprodutivo envolve valor invisibilizado encontra ecos na formulação de Hochschild (1983) sobre o ‘trabalho emocional’. Embora Hochschild se refira a contextos de serviços formais, sua análise ilumina a dimensão afetiva e relacional do cuidado. Essa ideia antecipou debates contemporâneos sobre o valor afetivo gerado no trabalho de cuidado, especialmente nas cadeias globais de cuidado descritas por Hochschild (2000), em que mulheres migrantes exportam afeto, escuta e suporte como parte essencial da sua atividade laboral — embora raramente reconhecida como tal.

A economia política feminista tem se destacado por desestabilizar os pressupostos da teoria econômica tradicional, sobretudo ao questionar o

³ Particularmente as produções que articulam o trabalho de cuidado à divisão sexual e internacional do trabalho, à financeirização da reprodução social e à lógica estrutural do capitalismo contemporâneo.





produtivismo que sustenta as métricas centrais do capitalismo, como o Produto Interno Bruto (PIB). Uma de suas críticas mais contundentes recai sobre a exclusão do trabalho de reprodução dos sistemas de contas nacionais (Carrasco 2012; Vieceli 2020; Melo, Considera e Sabato 2007). O Sistema de Contas Nacionais da ONU, por exemplo, estabelece uma ‘fronteira de produção’ que define o que é contabilizado como trabalho econômico. Atividades como cozinhar, limpar e cuidar de familiares, quando realizadas sem remuneração no âmbito doméstico, permanecem invisíveis nas estatísticas econômicas (Rai e Hoskyns 2016). Essa exclusão ajuda a compreender o pano de fundo estrutural da desvalorização do cuidado.

O foco deste artigo recai sobre outro aspecto desse problema: a forma como mesmo o trabalho de cuidado remunerado, exercido por mulheres migrantes, é subvalorizado, precário e invisibilizado nas estatísticas e políticas institucionais. Ainda que essas trabalhadoras sejam contratadas — sobretudo nos fluxos Sul-Norte — o cuidado que prestam continua sendo considerado ‘natural’ e ‘improdutivo’ em termos simbólicos e contáveis. A desvalorização, portanto, não depende da ausência de remuneração, mas da posição de gênero, raça e origem social da trabalhadora. Assim, o artigo concentra-se na análise dessas formas remuneradas e invisíveis de cuidado transnacional.

Além da exclusão contábil, há o fenômeno da ‘depleção’ (Elson 1979), aprofundado por Rai e Hoskyns (2016), que evidencia o desgaste físico, emocional e psíquico provocado pela realização contínua e não recompensada ou reconhecida do trabalho de cuidado. A depleção manifesta-se quando a quantidade de energia física, recursos financeiros e apoio emocional recebidos é inferior ao que é despendido na realização desse trabalho. Trata-se de um ciclo de exploração invisibilizado.

A crítica feminista à economia também denuncia a forma como os corpos das mulheres — sobretudo as racializadas — são mobilizados como força de trabalho ‘natural’ para o cuidado. Essa ‘naturalização’ da vocação feminina para cuidar despolitiza a divisão sexual do trabalho, removendo-a da arena de disputa e inserindo-a no terreno da moralidade e da tradição. Como destacam Elias e Ferguson (2010), essa construção simbólica sustenta a concentração de mulheres em setores precários como a manufatura leve e o turismo, onde seus corpos são simultaneamente explorados economicamente e domesticados socialmente.

Griffin (2016) amplia essa crítica ao tratar da ‘cooptação neoliberal do feminismo’, alertando para os riscos do discurso do empoderamento via mercado,





que ignora as hierarquias estruturais e promove uma imagem falsa de autonomia. A inserção de mulheres no mercado de trabalho, quando dissociada da valorização do trabalho reprodutivo e do enfrentamento das desigualdades estruturais, perpetua a lógica da jornada dupla e reforça a ideia de que a mulher ‘moderna’ é aquela capaz de conciliar tudo — mesmo à custa da própria saúde e tempo (Rottenberg 2018; McRobbie 2009).

Em suma, as abordagens da economia política feminista crítica desvelam o truque contábil e ideológico que desqualifica o trabalho reprodutivo, apesar de sua centralidade. Tal invisibilidade não é inócua: ela define prioridades políticas, formas de alocação de orçamento e até os limites do que se entende por ‘economia’. Como afirma Waring (2012, 77), “se o trabalho das mulheres como produtoras e reprodutoras é invisível como contribuição nas contas nacionais, mulheres são invisíveis na distribuição de benefícios”⁴. Desfazer essa invisibilidade é, portanto, um passo fundamental para pensar uma nova economia global baseada na justiça de gênero (Marçal 2017).

Compreender o trabalho reprodutivo como parte invisível, mas essencial, das economias é o primeiro passo para reconhecer sua centralidade na reprodução social global. No contexto migratório, essa lógica se complexifica, pois a exportação de cuidado por mulheres assume dimensões que desafiam os limites convencionais do conceito de remessas. A seção seguinte examina como essas práticas se manifestam nas cadeias globais de cuidado e nas dinâmicas migratórias femininas.

3 Cadeias globais de cuidado e migração feminina

As cadeias globais de cuidado referem-se à redistribuição transnacional do trabalho reprodutivo, especialmente a partir da migração de mulheres do Sul Global para países mais ricos, onde assumem funções relacionadas ao cuidado infantil, doméstico e de idosos. Mais do que um simples deslocamento geográfico desse trabalho, essas cadeias representam dinâmicas que conectam famílias, comunidades e economias através de redes transnacionais. O conceito permite articular a divisão sexual do trabalho, os fluxos migratórios e a economia política do cuidado. Inicialmente formulado por Hochschild (2000), que o descreveu como

⁴ No original: If women’s work as producers and reproducers is invisible as a contribution in the national accounts, women are invisible in the distribution of benefits.





uma cadeia de transferências afetivas e laborais entre mulheres, foi posteriormente aprofundado por Parrenas (2015) e Yeates (2005) para evidenciar suas bases estruturais, econômicas e políticas.

Hochschild (2000) vai além da descrição estrutural das cadeias de cuidado ao propor que essas redes transnacionais produzem um tipo específico de valor — o que ela chama de ‘mais-valia emocional’. Para a autora, quando uma mulher migrante cuida dos filhos de uma família em um país rico, ela transfere cuidado, atenção e afeto que poderiam estar voltados para sua própria família. Essa ‘exportação de emoção’ traduz-se em lucro emocional para os países receptores e depleção afetiva para os países emissores — um desequilíbrio raramente reconhecido nas análises econômicas tradicionais. Ao destacar esse excedente emocional, Hochschild (2000) revela que o trabalho de cuidado não é apenas físico ou econômico, mas também afetivo, relacional e profundamente assimétrico. Já Dowling (2021) mostra que a racionalização do cuidado sob lógicas de produtividade e eficiência compromete sua própria realização. A tentativa de padronizar o cuidado — tratando-o como tarefa replicável — esvazia seu conteúdo afetivo e ético, impondo às trabalhadoras migrantes não apenas o ônus físico, mas também o desgaste subjetivo de um trabalho que exige entrega emocional contínua sem reconhecimento simbólico ou material.

A ‘fuga de cuidados’ dos países periféricos evidencia o entrelaçamento entre o patriarcado, o capitalismo e o legado colonial. A migração das mulheres responde, muitas vezes, à precarização das condições de vida em seus países de origem, fruto de reformas neoliberais que desmontaram políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e educação (Mordente 2023). Como observam Pettman (2009) e Assis (2007), a divisão internacional do trabalho reprodutivo se intensificou à medida que os Estados centrais terceirizaram o cuidado para mulheres estrangeiras, enquanto os Estados periféricos passaram a depender das remessas dessas mesmas mulheres para equilibrar suas economias.

Como argumenta Dowling (2021), essa situação não é apenas resultado da escassez de serviços públicos, mas de um projeto político mais amplo de mercantilização e austeridade, que externaliza os custos do cuidado para as famílias e, principalmente, para as mulheres. A privatização do cuidado e sua conversão em mercadoria fragmentam o acesso, intensificam desigualdades e tornam invisível o trabalho emocional e relacional necessário à manutenção da vida. Esse apagamento não é acidental: ele sustenta a lógica de um sistema econômico que transfere responsabilidades sociais para os indivíduos, enquanto desinveste





em infraestruturas públicas. O cuidado, por ser realizado majoritariamente por mulheres, muitas vezes no espaço doméstico e fora do mercado formal, é tratado como uma extensão natural da feminilidade e não como atividade econômica. Manter essa exclusão serve a propósitos políticos e econômicos: ao não reconhecer o cuidado como trabalho produtivo, o Estado e o mercado se eximem da responsabilidade de remunerá-lo ou provê-lo por meio de políticas públicas, transferindo silenciosamente os custos da reprodução social para os ombros das mulheres — especialmente migrantes, racializadas e empobrecidas (Fraser, 2016; Rai, Hoskyns e Thomas, 2013) .

Além dessas contribuições monetárias, é necessário destacar os aspectos relacionais e afetivos do cuidado transnacional. O conceito de trabalho emocional, formulado por Hochschild (1983), permite compreender as cadeias globais de cuidado para além da materialidade do trabalho de cuidado. Ao evidenciar que a gestão das emoções constitui uma parte essencial do processo produtivo — especialmente em ocupações de cuidado —, a autora revela como o afeto se torna também uma mercadoria invisível. Nas cadeias internacionais de cuidado, esse componente emocional é mobilizado como parte da força de trabalho exportada por mulheres migrantes, mas raramente reconhecido como produtivo ou remunerável. Essa perspectiva ajuda a integrar a dimensão subjetiva à econômica: as trabalhadoras são pagas por suas tarefas físicas, mas sua capacidade afetiva permanece não mensurada, invisível para os indicadores econômicos que o interpretam como não-produtivo mesmo sendo vital para o bem-estar de comunidades inteiras (Pettman 2009). A invisibilidade do trabalho emocional, portanto, não substitui, mas aprofunda a invisibilidade do cuidado, reforçando a dissociação entre valor e afeto que estrutura a economia global contemporânea.

A literatura tende a concentrar-se na migração Sul-Norte, mas dados do Banco Mundial (Ratha e Shaw 2007, Ratha, Chandra, et al. 2023) revelam que quase metade das pessoas migrantes oriundas de países em desenvolvimento vive em outros países em desenvolvimento. Essa migração Sul-Sul, frequentemente invisível nas grandes narrativas geopolíticas, é marcada por condições ainda mais precárias de trabalho e acesso a direitos. No entanto, as remessas Sul-Sul enfrentam custos mais altos de transferência, canais mais informais e menor registro estatístico, o que amplia sua invisibilidade. Ainda assim, mesmo pequenas quantidades enviadas por essas mulheres migrantes geram impactos significativos no bem-estar das famílias e na reprodução social dos territórios de origem. Além dos casos latino-americanos e asiáticos frequentemente abordados, experiências





africanas também evidenciam a complexidade da migração feminina. Um estudo recente sobre a Nigéria (Rufai, et al. 2019) mostra que, embora os homens migrem majoritariamente por motivos laborais, as mulheres o fazem muitas vezes por arranjos conjugais, sem que isso as exclua da expectativa de sustentar financeiramente suas famílias de origem. Os autores observam que a mobilidade laboral reduz a pobreza nas famílias, mas que os efeitos são desiguais por gênero. A pesquisa confirma que a pobreza das famílias de origem é um fator estrutural do deslocamento, e que mesmo pequenas remessas, sobretudo em trajetórias Sul-Sul, têm efeitos substanciais sobre o bem-estar coletivo.

Portanto, mais do que um ato de afeto privado, o cuidado realizado por mulheres migrantes representa uma força de trabalho transnacional que viabiliza o funcionamento cotidiano de lares, mercados e instituições — tanto nos países de destino quanto nos de origem. Trata-se de uma engrenagem invisível, mas indispensável, que permite a reprodução social de milhões de pessoas, especialmente nas classes médias dos países centrais, ao mesmo tempo em que sustenta economicamente famílias e comunidades nos países periféricos. A lógica que mantém esse trabalho à margem do reconhecimento institucional está ancorada em uma racionalidade econômica que dissocia a produção da reprodução, e valor de afeto. Essa racionalidade, herdada do pensamento econômico liberal-industrial, naturaliza a divisão sexual do trabalho, relegando o cuidado ao âmbito da moralidade privada, da vocação feminina ou da solidariedade familiar, e o exclui sistematicamente dos modelos de contabilidade e análise econômica (Folbre 2001) (Vieceli 2020). Como destacam Waring (2004) e Fraser (2016), essa exclusão não é neutra: ela constitui uma estratégia política que desloca o custo da reprodução social para os ombros das mulheres — em especial aquelas marcadas por desigualdades de raça, classe, nacionalidade e status migratório.

A luta pelo reconhecimento do cuidado como trabalho produtivo é também uma disputa epistemológica, que desafia os fundamentos do pensamento econômico dominante e reivindica a construção de novas categorias, métricas e paradigmas. Valorizar o trabalho reprodutivo implica reconfigurar os critérios de produtividade e desenvolvimento. É nesse sentido que a proposta de considerar o trabalho transnacional de cuidado e emocional como forma de remessa não apenas amplia o conceito tradicional de remessa, mas também atua como uma nova intervenção crítica no campo da economia política internacional.

Assim, compreender as cadeias globais de cuidado implica também reconhecer que o cuidado migrante não se limita a uma dimensão física ou afetiva, mas opera





dentro de uma economia emocional global. É a partir dessa articulação entre cuidado e emoção que se delinea a proposta central deste artigo: compreender as remessas invisíveis como a forma pela qual o trabalho emocional e o trabalho de cuidado se materializam e circulam transnacionalmente.

4 Remessa como extensão transnacional do cuidado

Nas abordagens econômicas tradicionais, o conceito de ‘remessa’ é associado quase exclusivamente ao envio de recursos financeiros por migrantes para seus países de origem (Ratha 2013 , World Bank 2016, UN DESA 2019). Essa visão estreita reconhece apenas transações monetárias formais como indicadores de valor econômico. Assim, não contempla outras formas de contribuição igualmente essenciais, sobretudo aquelas oferecidas por mulheres migrantes: o cuidado, o afeto e o suporte emocional destinados a suas famílias e comunidades. Com isso, o debate sobre remessas negligencia justamente o principal serviço exportado por milhões de mulheres no Sul Global. Tal exclusão não é acidental, mas parte de um processo histórico de desvalorização do trabalho feminino, racializado e informal, que opera fora dos parâmetros formais de produtividade e permanece, por isso, invisível aos sistemas de contabilidade nacional (Folbre 2001, Waring 2004).

O reconhecimento do trabalho doméstico como remessa desafia as métricas econômicas contemporâneas. Como afirmam Rai e Hoskyns (2016), a exclusão do trabalho reprodutivo dos sistemas de contas nacionais distorce as análises de produtividade e desenvolvimento. Embora instrumentos como as ‘contas satélites do cuidado’ (ONU 1995) e os ‘estudos de uso do tempo’ possam aprimorar a mensuração do trabalho reprodutivo realizado no contexto doméstico nacional, ainda são limitados quando se trata de capturar a contribuição transnacional das mulheres migrantes, especialmente no que tange às remessas afetivas, relacionais e de cuidado.

A UN Women (2020c) aponta que, em países como Nepal, Bangladesh, Filipinas e Honduras, as remessas enviadas por mulheres migrantes substituem diretamente sistemas de proteção social colapsados, sendo utilizadas majoritariamente em alimentação, saúde, educação e moradia. Essas remessas partem, principalmente, de fluxos migratórios Sul-Norte (como Filipinas-Emirados Árabes, Honduras-Estados Unidos, Nepal-Reino Unido), mas também incluem importantes fluxos





Sul-Sul, como Bangladesh para Malásia e Etiópia para Arábia Saudita, nos quais as mulheres contribuem desproporcionalmente para o sustento de suas famílias, mesmo em contextos de informalidade ou baixa remuneração. Isso reforça a ideia de que o trabalho de cuidado atravessa fronteiras, assumindo funções que deveriam ser garantidas por políticas públicas. Ao suprir a ausência do Estado, as mulheres são duplamente responsabilizadas: pelo cuidado presencial que deixam de exercer e pelo financeiro que passam a garantir — quase sempre em condições precárias e sob intenso desgaste físico e emocional.

Como argumenta Nadasen (2023), o cuidado não é apenas um pré-requisito para o funcionamento do sistema capitalista, mas tornou-se uma de suas fronteiras centrais de acumulação. A economia política contemporânea extrai valor da reprodução social — do corpo, da vida e da interdependência — o que explica por que, mesmo sendo invisibilizado nas estatísticas oficiais, o trabalho de cuidado feminino, migrante e racializado sustenta silenciosamente a rentabilidade global.

Contudo, reconhecer o cuidado como remessa também exige cautela analítica. O conceito pode correr o risco de romantizar o cuidado ao abstraí-lo de suas condições materiais, além de não captar adequadamente as variações contextuais do cuidado transnacional em diferentes regiões. Além disso, a mensuração empírica desse tipo de remessa, especialmente em termos de valor econômico e impacto social, apresenta desafios metodológicos relevantes que devem ser reconhecidos para evitar generalizações apressadas.

4.1 Remessas invisíveis e o trabalho de cuidado remunerado

Embora o envio de remessas por migrantes represente uma fonte vital de sustento para milhões de famílias no Sul Global, as estatísticas econômicas internacionais continuam a apresentar sérias limitações quanto à sua desagregação por gênero e tipo de ocupação. Essa ausência revela um apagamento sistêmico do trabalho de cuidado e da contribuição das mulheres migrantes para a economia global, perpetuando a invisibilidade já denunciada por teóricas da economia feminista (Rai e Hoskyns 2016; Waring 2004).

Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional fornecem dados agregados sobre remessas transnacionais, mas não identificam os setores produtivos ou tipos de trabalho que as geram. Assim, não é possível determinar, a partir das fontes oficiais, quanto das remessas decorre do trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres. Ainda que





se conheça a composição de gênero das populações migrantes, a relação entre remessas e setores produtivos permanece um ponto cego nas políticas econômicas globais (ILO [OIT] 2015)

Além disso, como observam Jha, Sugiyarto e Vargas-Silva (2010) ao analisarem um estudo do Asian Development Bank, uma parcela significativa do crescimento das remessas registrado nas últimas décadas não se deveu a um aumento real do volume enviado, mas à melhoria dos mecanismos de registro e à maior formalização dos canais de envio. O estudo destaca que, mesmo durante crises econômicas globais, como a de 1997 na Ásia e a de 2008, os fluxos de remessas permaneceram surpreendentemente resilientes — o que reforça sua natureza relacional e vinculada aos laços familiares, e não apenas ao desempenho dos mercados. Contudo, tais análises permanecem centradas em valores monetários e ignoram as transferências informais, em espécie ou afetivas, realizadas por migrantes — sobretudo mulheres — que sustentam suas famílias por meio de cuidado, provisão emocional e trabalho não remunerado. Isso revela não apenas uma lacuna teórica nas estatísticas, mas um apagamento político e estrutural que silencia o papel das mulheres na econômica transnacional.

A própria UN Women (2017; 2020b) reconhece que não existem dados estatísticos desagregados por sexo do remetente nas bases globais de remessas. Essa ausência, segundo a organização, impede que se compreendam os padrões de envio específicos das mulheres migrantes e contribui para a invisibilidade estrutural de seu papel econômico. Mesmo nas poucas pesquisas nacionais disponíveis essa variável, os dados são limitados e não permitem generalizações globais. Esse déficit estatístico impede a formulação de políticas baseadas em evidências e contribui para a persistência da invisibilidade econômica das mulheres migrantes, especialmente no setor de cuidado.

O uso de canais informais de envio de remessas — como o sistema *Hawala*⁵, popular entre mulheres no Oriente Médio e Sul da Ásia — reflete tanto a busca por alternativas mais acessíveis quanto a exclusão financeira enfrentada por trabalhadoras formais. Em outras regiões, como na África Subsaariana e em partes

5 *Hawala* é um sistema informal de transferência de valores, amplamente utilizado no Oriente Médio, Sul da Ásia e entre comunidades migrantes, baseado em confiança e redes pessoais. As transações são realizadas sem movimentações bancárias formais: o remetente entrega o valor a um agente local (*hawaladar*), que institui outro agente, no país de destino, a pagar o valor ao destinatário. O sistema é popular por ser rápido, barato e acessível, especialmente para pessoas sem conta bancária ou com status migratório irregular. Por não passar por instituições financeiras oficiais, as remessas realizadas via *hawala* não entram nos registros estatísticos nacionais ou internacionais.





da América Latina, são comuns práticas como envio de dinheiro por terceiros (motoristas, viajantes), transferências em espécie e o uso de redes comunitárias locais, que também escapam aos sistemas formais de registro. Essas estratégias, embora eficazes para as usuárias, tornam-se invisíveis para os mecanismos tradicionais de mensuração econômica (UN Women 2020c).

Para evidenciar a dimensão oculta da contribuição feminina, pode-se recorrer a estimativas baseadas em dados do Banco Mundial, cruzando o valor total das remessas (World Bank Group 2023a; 2023b) com a proporção de migrantes mulheres (UN [ONU] 2024) em países de destaque. A tabela a seguir apresenta um panorama estimado:

Tabela 01 — Estimativa de remessas femininas e percentual do PIB por remessas femininas

País	Remessas totais (USD Bi)	% Migrantes Mulheres	Est. de Remessas femininas (USD Bi)	Est. % PIB por Remessas femininas
El Salvador	8,2	49,3%	4,0	11,9%
Cabo Verde	0,3	54,6%	0,2	6,8%
Ucrânia	14,9	58,9%	8,8	4,9%
Paquistão	34,9	29,7%	10,4	2,3%
Filipinas	39,1	56,9%	22,2	5,1%
Bangladesh	22,1	27,4%	6,1	1,4%
Nigéria	19,5	47,5%	9,3	2,6%
Egito	19,5	29,6%	5,8	1,4%
Índia	119,5	35,8%	42,8	1,2%
México	66,2	48,8%	32,3	1,8%
Brasil	4,9	55,6%	2,7	0,1%

Fonte: elaborada pela autora com base em dados do World Bank Group (2023a; 2023b) e UM [ONU] (2024).

A tabela 01 consiste em uma estimativa indireta do volume de remessas enviadas por mulheres migrantes, construída a partir do cruzamento de suas bases de dados principais: o volume total de remessas recebidas por país, segundo o Banco Mundial (World Bank Group, 2023a; 2023b) e a proporção de mulheres na população migrante de cada país, conforme os dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN [ONU] 2024). Para cada país listado, calculou-se o valor estimado de remessas enviadas por mulheres,





multiplicando-se o total de remessas pela porcentagem de mulheres entre os migrantes residentes ou originários desse país⁶.

No entanto, essa estimativa possui limitações significativas. A começar pela construção do indicador em si: os valores das remessas referem-se ao ano de 2023 e o valor referente ao número de migrantes mulheres refere-se ao ano de 2024, pois estes eram os dados disponíveis para consulta nas respectivas fontes. Além disso, os registros oficiais de remessas incluem apenas aquelas enviadas através de canais formais, como bancos, agências de transferência e correios. Remessas enviadas por vias informais, como dinheiro levado pessoalmente pelos migrantes ou por intermediários informais, não são contabilizadas nos sistemas nacionais de contas. Estimativas indicam que, se tais transferências informais e em espécie fossem consideradas, o volume total de remessas poderia dobrar (UN-INSTRAW 2007)

Assim, a tabela apresentada não pretende oferecer números absolutos precisos, mas sim sinalizar a magnitude e a relevância da contribuição feminina nas remessas internacionais, reforçando o argumento central deste artigo: a invisibilidade sistemática do trabalho de cuidado realizado por mulheres migrantes, e seu papel fundamental na sustentação econômica de múltiplos países.

Além da invisibilidade do cuidado transnacional nas estatísticas econômicas, há o fenômeno da desqualificação profissional sistemática das mulheres migrantes. Ruiz e Donato (2024) mostram que mulheres altamente escolarizadas são frequentemente empurradas para ocupações precárias no setor de cuidados, em função de barreiras legais, racismo estrutural, estigmas de gênero e penalidades associadas à maternidade. Esse processo é descrito na literatura como *deskilling* — ou desqualificação (Boucher 2007, Man 2004) . O paradoxo da desqualificação revela que, embora estejam entre as maiores contribuidoras da economia global, suas capacidades permanecem subutilizadas e invisibilizadas, reforçando a divisão internacional, racial e sexual do trabalho. O conceito de ‘penalidade do cuidado’ (Dowling 2021, Budig; Misra; Boeckmann 2012) reforça que as desigualdades vividas por mulheres migrantes não se resumem à precarização salarial, incluindo a desvalorização sistemática e a exclusão de proteção legal

⁶ Essa é uma aproximação estatística, que não distingue o setor de atividade das migrantes (ou seja, não especifica se atuam no trabalho de cuidado ou em outros setores). O método parte do pressuposto de que a distribuição das remessas segue, em linhas gerais, a composição de gênero da população migrante — o que é uma simplificação, mas amplamente utilizada em estudos sobre migração e gênero quando dados setoriais não estão disponíveis. Além disso, não considera diferenças de renda, capacidade de envio, status migratório ou informalidade, que podem impactar significativamente o volume real de remessas femininas.





devido à sua atribuição histórica do trabalho de cuidado às mulheres e a sua naturalização como ‘vocação’, mesmo quando exigem habilidades complexas. Para as migrantes, essa penalidade é agravada por condições de informalidade, estigma social, limitação de mobilidade e apagamento de suas credenciais profissionais, resultando em uma forma cumulativa de desigualdade estrutural, afetiva e institucionalizada.

Apesar dessas estimativas revelarem a importância da contribuição feminina para os fluxos internacionais de remessa, há um aspecto ainda mais significativo: em nível global, as mulheres migrantes remetem valores totais equivalentes aos dos homens, mas tendem a destinar uma proporção maior de sua renda às remessas do que seus pares masculinos (UN Women 2020a). Mesmo inseridas em setores mais precarizados e recebendo salários inferiores, elas demonstram maior regularidade e volume relativo no envio de recursos (UN Women 2020a). Esse padrão foi identificado, por exemplo, no estudo UN-INSTRAW (2007) sobre mulheres migrantes na República Dominicana, que demonstra que, embora homens enviem montantes maiores, as mulheres remetem uma proporção mais significativa de seus ganhos, impulsionados pela força dos laços familiares e pela função social das remessas como compensação econômica. O Banco Mundial reforça essa observação, apontando que mulheres migrantes não apenas enviam remessas com maior frequência, como também priorizam áreas consideradas essenciais ao bem-estar familiar, revelando padrões de uso distintos e fortemente associados ao cuidado (World Bank 2016).

O trabalho doméstico de mulheres migrantes representa, simultaneamente, um serviço prestado ao país de destino e um recurso vital ao país de origem. O envio de recursos monetários — que costuma ser valorizado nas estatísticas — só é possível porque essas mulheres prestam cuidados a terceiros nos países receptores, quase sempre em condições precárias e informalizadas. Esse trabalho é duplamente invisibilizado: uma vez, por não ser reconhecido como produtivo; outra vez, por ser socialmente desvalorizado e informalizado (Rai e Hoskyns 2016).

4.2 Remessas invisíveis e o trabalho emocional não mensurável

Embora as estimativas apresentadas permitam vislumbrar a magnitude da contribuição feminina, permanece necessária a superação da visão economicista que associa o valor das remessas exclusivamente ao montante enviado, e não ao seu impacto social e à lógica relacional do cuidado transnacional. Com efeito,





além do trabalho físico prestado nos países de destino, as mulheres migrantes também transferem cuidado, suporte emocional e valores afetivos, que permanecem invisíveis aos indicadores econômicos. Isso se dá não apenas na direção dos locais de origem para os países de trabalho, como também, e fundamentalmente para o conceito de remessas invisíveis, dos países de trabalho de volta para os países de origem das trabalhadoras migrantes.

A noção de ‘trabalho emocional’ de Hochschild (1983) é uma antecessora conceitual desse debate. Com esse conceito, a autora mostrou que determinados empregos — especialmente femininos — demandam a gestão ativa dos próprios sentimentos para induzir estados emocionais desejáveis em outras pessoas. No caso das trabalhadoras domésticas e cuidadoras migrantes, isso significa sorrir, consolar, demonstrar paciência e afeto — mesmo sob exaustão, injustiça ou sentindo saudades. Esse afeto performado passa a ser uma mercadoria invisível, parte central do serviço prestado, mas raramente reconhecida como trabalho. Essa perspectiva ajuda a compreender o que a autora posteriormente denominaria ‘mais-valia emocional’ nas cadeias globais de cuidado (Hochschild 2000), em que mulheres migrantes exportam cuidado e afeto como mercadorias invisibilizadas, permitindo a reprodução social de famílias no Norte global ao custo do esgotamento físico e psíquico das trabalhadoras. O caso das Filipinas ilustra esse fenômeno: políticas estatais incentivam ativamente a exportação de mão de obra feminina, especialmente para o setor de cuidados, e estima-se que uma parte substancial das remessas do país provém de mulheres atuando como babás, cuidadoras e trabalhadoras domésticas (ILO [OIT] 2016, UN Women 2020a).

Mais importante para o conceito de remessas invisíveis, entretanto, é o argumento de Bryceson (2022) sobre como o envio de remessas financeiras— fruto de trabalho de cuidado e emocional—é apenas uma das formas pelas quais as famílias transnacionais mantêm sua coesão. A autora argumenta que os fluxos de remessas não apenas sustentam materialmente comunidades, mas também mantêm vínculos afetivos, simbólicos e de cuidado, propondo o conceito de ‘*care circulation*’ — circulação do cuidado — para descrever os arranjos contínuos e assimétricos de cuidado entre migrantes e familiares deixados para trás, especialmente mulheres. Em contextos marcados pela retração do Estado e pela precarização global do trabalho, são essas redes de cuidado que garantem a reprodução da vida à distância. Ademais, expectativas familiares, especialmente em contextos africanos e asiáticos, criam pressões significativas para que as mulheres sustentem, à distância, as necessidades de seus entes queridos — mesmo em





situações de precariedade e sacrifício pessoal. Essa dimensão do cuidado amplia a noção de remessa: não é apenas dinheiro que atravessa fronteiras, mas também o afeto, em sua dimensão econômica e não só econômica—leia-se, não mensurável. Tais formas de contribuição, invisíveis às métricas econômicas convencionais, revelam que o cuidado transnacional consiste em uma infraestrutura relacional da economia global contemporânea.

A própria configuração das famílias transnacionais, segundo Bryceson (2022), revela que a migração feminina não desorganiza o cuidado, mas o redistribui em circuitos transfronteiriços de suporte mútuo. Nesses arranjos, as remessas não são apenas valores monetários, mas parte de uma infraestrutura relacional que permite a continuidade da vida em meio à ruptura espacial imposta pela migração. Segundo a UN Women (2017), essas ‘remessas afetivas’ são parte integral da sustentabilidade das famílias transnacionais e devem ser reconhecidas como formas legítimas de contribuição econômica. O *policy brief* da UN Women (2020a) reforça esse argumento ao demonstrar que essas mulheres desempenham um papel ativo na organização da vida familiar à distância — incluindo decisões sobre educação, bem-estar e manutenção de vínculos comunitários. Tais práticas constituem formas de ‘remessas sociais’ que moldam relações de gênero, valores e estruturas familiares nos países de origem, ainda que permaneçam não mensuradas pelas métricas convencionais. A ausência de sua contabilização revela uma limitação das métricas tradicionais, que continuam a medir produtividade exclusivamente em termos monetários e formais.

A migração feminina, portanto, não rompe os laços de cuidado, mas os ressignifica em termos transnacionais. As chamadas ‘mães transnacionais’ mantêm vínculos com seus filhos/as e familiares por meio da mediação de outras mulheres que assumem, localmente, os papéis deixados por aquelas que migraram. Como mostram González e Silva (2025), nas comunidades cabo-verdianas, por exemplo, o suporte emocional e logístico das avós, cunhadas e noras que permanecem no país de origem sustenta não apenas o cuidado, mas também a própria viabilidade das migrações. Essas mulheres são o elo silencioso e sacrificial da cadeia, oferecendo sua mobilidade como moeda de troca para que outras possam migrar. Por sua vez, a análise de Lam e Yeoh (2018) sobre famílias filipinas e indonésias demonstra que mulheres migrantes continuam exercendo, à distância, funções maternas por meio de remessas financeiras, instruções pedagógicas e apoio emocional. Mesmo ausentes fisicamente, elas permanecem inseridas no cuidado cotidiano, contribuindo diretamente para





o bem-estar dos filhos. Essa forma de ‘maternidade transnacional’ redefine o papel da mulher como cuidadora e provedora ao mesmo tempo, desafiando os moldes tradicionais da divisão sexual do trabalho, mas também revelando o peso afetivo e logístico que recai sobre essas mulheres como principais garantidoras da sobrevivência familiar. Como assinalam González e Silva (2025), esse arranjo não é neutro, mas segue as lógicas patriarcais e de hierarquia de gênero no grupo familiar, que espera das mulheres — especialmente noras e avós — a abdicação de sua mobilidade.

Assim, o processo migratório e as consequentes remessas invisíveis reorganizam as relações de gênero, gerando simultaneamente opressão e agência. Se, por um lado, as migrantes enfrentam discriminação, dupla jornada e vulnerabilidade legal, por outro, ganham autonomia econômica, desafiam papéis tradicionais e redesenham suas trajetórias familiares (Assis 2007, Parreñas 2015, Lam; Yeoh 2018) . Contudo, a agência feminina ocorre dentro de limites muito específicos, impostos pela interseccionalidade do sistema de opressões: ser mulher, migrante, racializada e pobre significa estar situada nas camadas mais baixas da estrutura social global, sujeita a exploração e violência. Como observa Dowling (2021), essa agência é relacional e situada, frequentemente articulada em redes de cuidado sustentadas pelas próprias migrantes, ainda que limitadas pelas condições materiais e simbólicas do trabalho precário.

Propõe-se aqui, portanto, uma reconceitualização crítica do trabalho de cuidado como uma forma de remessa invisível — relacional, afetiva e econômica — que atravessa fronteiras e sustenta a reprodução social de populações inteiras. Essas remessas não monetárias incluem desde o suporte psicológico e a supervisão remota de filhos/as, até a gestão de vínculos familiares, organização da vida cotidiana e manutenção de redes de solidariedade transnacional. Assim como as remessas financeiras sustentam economias nacionais, essas formas intangíveis de cuidado sustentam famílias, subjetividades e vínculos comunitários que são igualmente centrais ao funcionamento da vida social.

Apesar de sua potência analítica, o conceito de remessas invisíveis também carrega limites. Existe o risco de romantizar a posição das mulheres migrantes, reforçando sua imagem como sujeitos sacrificiais e altruístas. Além disso, a diversidade de contextos socioeconômicos e culturais impõe variações significativas na experiência do cuidado transnacional. Por fim, há dificuldade metodológica em mensurar empiricamente essas formas de contribuição afetiva e reprodutiva, o que demanda abordagens qualitativas sensíveis e interdisciplinares.





Todavia, reconhecer o trabalho reprodutivo como remessa não é apenas um gesto simbólico: trata-se de um ato político, que desafia os parâmetros que definem o que conta como ‘valor’ ou ‘trabalho’ na economia global. Ao fazer isso, amplia-se o entendimento de economia, incorporando os laços, afetos e cuidados que sustentam a vida em sua forma mais elementar — e que, até hoje, permanecem ausentes dos centros decisórios do sistema internacional. Mais do que uma proposta teórica, reconhecer o trabalho reprodutivo como remessa tem implicações políticas e jurídicas. Significa, por exemplo, reivindicar o direito à compensação e à seguridade social para trabalhadoras domésticas migrantes, garantir licença maternidade transnacional e desenhar políticas públicas que considerem a dimensão afetiva e emocional do trabalho de cuidado como parte integral das economias ao demonstrar os custos subjetivos do afastamento familiar e da exploração no contexto migratório (Rai, Hoskyns e Thomas 2013).

Esse reconhecimento exige uma transformação dos modelos de mensuração econômica, das políticas públicas e das narrativas sobre migração e desenvolvimento (Rai e Hoskyns 2016, UN Women 2020a). A análise de Dowling (2021) sobre o entrelaçamento entre financeirização e reprodução social oferece uma chave explicativa para compreender a invisibilização das remessas femininas. Ao desinvestir em serviços públicos, o capital transfere o ônus da reprodução social para as famílias — em especial para as mulheres migrantes, que exportam cuidado enquanto subsidiam seus países de origem com recursos afetivos e monetários. Esse rearranjo global, longe de ser neutro, estrutura a divisão sexual e racial do trabalho e revela como a reprodução da vida permanece subordinada à lógica da acumulação. A ausência de dados sobre o tipo de ocupação nas estatísticas de remessas reforça o que Waring (2004) definiu como a ‘inutilidade inventada’ — o apagamento deliberado de atividades femininas do campo da economia, com consequências políticas e sociais significativas. Para transformar o que hoje é invisível em pauta política concreta, torna-se urgente a adoção de metodologias que assegurem visibilidade estatística, como pesquisas de uso do tempo, contas satélites de cuidado e a desagregação por ocupação e gênero nas estatísticas de migração e remessas. Tais políticas são passos fundamentais para revelar a verdadeira dimensão do trabalho que sustenta a economia global — um trabalho frequentemente feminino, racializado e realizado à margem dos sistemas formais.





5 Conclusão

Este artigo argumentou que o trabalho reprodutivo transnacional realizado por mulheres migrantes — frequentemente classificado como não produtivo pelas métricas econômicas tradicionais — deve ser compreendido como uma forma de remessa invisível. Ao longo do texto, argumentou-se que esse cuidado, em suas dimensões materiais e emocionais, constitui um pilar invisibilizado da economia global contemporânea.

No decorrer da análise, ficou evidente que as cadeias globais de cuidado são uma engrenagem fundamental do capitalismo contemporâneo, operando através da exportação de força de trabalho feminina para países centrais, ao custo da depleção física, emocional e afetiva das mulheres que migram e das que permanecem. O cruzamento entre dados de remessas e a composição de gênero da migração indicou que as mulheres, embora inseridas majoritariamente em ocupações precárias e com salários mais baixos, tendem a remeter, proporcionalmente, mais recursos do que os homens, configurando uma dinâmica de contribuição econômica frequentemente ignorada. Estudos recentes, como o de Le Goff (2016), reforçam essa conclusão ao demonstrar que as remessas femininas são mais frequentes, regulares e motivadas por padrões altruístas, mesmo sob condição de vulnerabilidade estrutural. Tais padrões não apenas confirmam a centralidade das mulheres migrantes no sustento das famílias, como também evidenciam os limites das métricas convencionais em capturar a complexidade do cuidado transnacional.

A análise comparativa de dados domiciliares em países como Burkina Faso, Uganda, Nepal e Bangladesh (UN Women 2020a ; 2020b; 2020c) revelou que mulheres migrantes, embora inseridas em ocupações mais precárias e com salários mais baixos, tendem a enviar uma proporção maior de sua renda do que os homens. Estudos como o de Le Goff (2016) e UN-INSTRAW (2007) confirmam esse padrão: as remessas femininas são mais frequentes, regulares e voltadas ao bem-estar coletivo — como saúde, educação e alimentação. Esses dados reforçam que a motivação do envio vai além da função econômica, constituindo uma extensão transnacional do cuidado e um esforço sacrificial frequentemente ignorado nas estatísticas tradicionais.

O debate hegemônico sobre remessas, ao se ancorar exclusivamente em fluxos monetários, desconsidera outras dimensões fundamentais, como o cuidado e o afeto transnacional. A proposta de reconceituar o trabalho doméstico como





remessa amplia o horizonte analítico e revela a necessidade de transformar os parâmetros com que o sistema internacional contabiliza e valoriza o trabalho de cuidado.

Reconhecer o cuidado como remessa é também um ato de resistência. Práticas organizadas por movimentos feministas e antirracistas mostram que o cuidado pode deixar de ser um vetor exploração e tornar-se a base de novas formas de sociabilidade baseadas em solidariedade, reciprocidade e justiça. Para transformar essa realidade, torna-se urgente: (1) implementar contas satélites de cuidado e pesquisas de uso do tempo; (2) desagregar por ocupação e gênero os dados sobre remessas e migração; (3) garantir direitos trabalhistas, previdenciários e de mobilidade a trabalhadoras migrantes; e (4) criar políticas que reconheçam o valor afetivo, relacional e econômico do cuidado.

Tais medidas são fundamentais para romper com a invisibilidade estrutural e construir uma economia global mais justa, ética e sustentável, onde o trabalho reprodutivo — majoritariamente feminino e racializado — deixe de ser invisível e passe a ocupar seu lugar central nas decisões econômicas.

Referências

- Assis, Gláucia de Oliveira. 2007. “Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional.” *Estudos Feministas* 15, no. 3: 745-772.
- Boucher, Anna. 2007. “Skill, migration and gender in Australia and Canada: the case of gender-based analysis”. *Australian Journal of Political Science* 42 (3): 383-401.
- Bryceson, Deborah Fahy. 2022. “Transnational Families and Neo-Liberal Globalisation: Past, Present and Future.” *Nordic Journal of Migration Research* 12, no. 2.
- Budig, Michelle J.; Misra, Joya; Boeckmann, Irene. 2012. “The Motherhood Penalty in Cross-National Perspective: The Importance of Work-Family Policies and Cultural Attitudes”. *Social Politics* 19(2), May: 163-193.
- Carrasco, Cristina. 2012. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista.
- Dowling, Emma. 2021. *The Care Crisis: What Caused It and How Can We End It*. London: Verso.
- Elias, Juanita; Ferguson, Lucy. 2010. “Production, Employment and Consumption.” In *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to IR*, 234-247. London: Routledge.





- Elson, Diane. 1979. *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. New Jersey: Humanities Press Inc.
- Enloe, Cynthia. 2014. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2. Berkeley: University of California Press.
- Folbre, Nancy. 2001. *The Invisible Heart: Economics and Family Values*. New York: The New Press.
- Fraser, Nancy. 2016. "Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson". *Critical Historical Studies* 3(1): 163-178.
- González, Luzia Oca; Silva, Iria Vázquez. 2025. "Cadeias globais de cuidados nas migrações caboverdianas: mulheres que ficam para outras poderem migrar." *Etnográfica* 29, no. 1: 211-228.
- Griffin, Penny. 2016. "Feminist Political Economy." In *Handbook on Gender in World Politics*, 345-353. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Hochschild, Arlie Russel. 2000. "Global Care Chains and Emotional Surplus Value." In *Global Capitalism*, edited by Will Hutton and Anthony Giddens. New York: The New Press.
- Hochschild, Arlie Russell. 1983. *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press.
- ILO [OIT]. 2015. "Decent Work for Migrant Domestic Workers: Moving the Agenda Forward." Geneva: ILO.
- ILO [OIT]. 2016. "ILO Global Estimates on Migrant Workers." Geneva: ILO.
- Jha, Shikha; Sugiyarto, Guntur; Vargas-Silva, Carlos. 2010. "The Global Crisis and the Impact on Remittances to Developing Asia." *Asia Development Review* 39, no. 1.
- Lam, Theodora; Yeoh, Brenda S. A. 2018. "Migrant Mothers, Left-Behind Fathers: The Negotiation of Gender Subjectivities in Indonesia and the Philippines." *Gender, Place & Culture* 25, no. 1: 104-117.
- Le Goff, Maela. 2016. "Feminization of Migration and Trends in Remittances." *IZA World of Labor*, no. 220.
- Man, Guida. 2004. "Gender, work and migration: Deskilling Chinese immigrant women in Canada". *Women's Studies International Fórum* 27, nº 2 (June-July): 135-148.
- Marçal, Katrine. 2017. *O lado invisível da economia: uma visão feminista*. São Paulo: Alaúde Editorial.
- McRobbie, Angela. 2009. *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
- Melo, Hildete Pereira de; Considera, Claudio Monteiro; Di Sabbato, Alberto. 2007. "Os afazeres domésticos contam." *Economia e Sociedade* 16, no. 3: 435-454.
- Mordente, Giuliana Volfzon. 2023. "Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação: como a educação 'inovadora' opera?" Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.





- Nadasen, Premilla. 2023. *Care: The Highest Stage of Capitalism*. Chicago: Haymarket Books.
- ONU, Organização das Nações Unidas. 1995. “Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.” Beijing: ONU.
- Parreñas, Rhacel Salazar. 2015. *Servants of Globalization: Migration and Domestic Work*. 2nd edition. Redwood City: Stanford University Press.
- Pettman, Jindy. 2009. “Migration.” In *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*, 251-264. London: Routledge.
- Piper, Nicola. “Gendering the Politics of Migration.” *The International Migration Review* (Sage Publications) 40 n° 1 (Spring 2006): 133-164.
- Rai, Shirin M.; Hoskyns, Catherine; Thomas, Dania. 2013. “Depletion.” *International Feminist Journal of Politics* 15, no. 1: 1-22.
- Rai, Shirin M.; Hoskyns, Catherine. 2016. “Social Reproduction: The Achilles Heel of Feminist Transformation?” In *Handbook on Gender in World Politics*, 394-401. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Ratha, Dilip. 2013. *The Impact of Remittances on Economic Growth and Poverty Reduction*. Washington, DC: Migration Policy Institute.
- Ratha, Dilip Kumar; Shaw, William. 2007. “South-South Migration and Remittances.” Geneva: World Bank.
- Ratha, Dilip; Chandra, Vandana; Kim, Eung Ju; Plaza, Sonia; Shaw, William. 2023. *Migration and Development Brief 39: Leveraging Diaspora Finances for Private Capital Mobilization*. Washington, DC: World Bank.
- Rottenberg, Catherine. 2018. *The Rise of Neoliberal Feminism*. New York: Oxford University Press.
- Rufai, Adedoyin Mistura; Ogunniyi, Adebayo; Salman, Kabir Kayode; Oyeyemi, Motunrayo; Salawu, Mutiat Bukola. 2019. “Migration, Labor Mobility and Household Poverty in Nigeria: A Gender Analysis.” *Economies* 7, no. 4.
- Ruiz, Marie; Donato, Stellamarina. 2024. “Women Migrant Workers’ (WMWs) Deskilling.” *Open Research Europe* 4, no. 186.
- Samman, Emma; Presler-Marshall, Elizabeth; Jones, Nicola. 2016. “Women’s Work: Mothers, Children and the Global Childcare Crisis.” London: Overseas Development Institute.
- UN [ONU]. 2024. “International Migrant Stock.” <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock> (acesso em 20 de mai. de 2025).
- UN DESA. 2019. *International Migration 2019: Highlights (ST/ESA/SER.A/439)*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UN Women. 2017. “At What Cost? Women Migrant Workers, Remittances and Development.” New York: UN Women.





- UN Women. 2020a. "Gender, Migration and Remittances." New York: UN Women.
- UN Women. 2020b. "Migrant Women & Remittances: Exploring the Data from Selected Countries." New York: UN Women.
- UN Women. 2020c. "Women Migrant Workers and Remittances (Policy Brief N. 3)." New York: UN Women.
- UN-INSTRAW. 2007. "Gender, Remittances and Development: The Case of Women Migrants from Vincent Noble, Dominican Republic." Santo Domingo: United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women.
- Vieceli, Cristina Pereira. 2020. "Economia Feminista e Trabalhos Reprodutivos Não Remunerados: Conceito, Análise e Mensuração." Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Waring, Marilyn. 2004. *Counting for Nothing: What Men Value and What Women Are Worth*. 2. Toronto: University of Toronto Press.
- World Bank Group. 2023a. "Personal Remittances, Received (% of GDP)." <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS> (acesso em 20 de mai. de 2025).
- World Bank Group. 2023b. "Personal Remittances, Received (Current US\$)." <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.CD.DT> (acesso em 20 de mai. de 2025).
- World Bank. 2016. "Migration and Remittances Factbook." Washington: World Bank.
- Yeates, Nicola. 2005. "Global care chains: a critical introduction". *Global Migration Perspectives*, nº 44 (September): 1-20.

